

- A) Uso de documento falso.
B) Falsificação de documento particular.
C) Supressão de documento.
D) Falsa identidade.
E) Falsificação de documento público.

07. (VUNESP - 2009 - TJ/SP - Oficial de Justiça)

Examine as afirmações sobre o crime de tráfico de influência.

I. Ocorre se o agente solicita para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

II. É praticado, ainda que sem intenção, e de forma imprudente, se o agente exige para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

III. Tem a sua pena aumentada se o agente alega que a vantagem solicitada é também destinada ao funcionário público que se deixará influenciar.

Está correto o contido em

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente.
- E) I, II e III.

08. (Questão Elaborada pelo Professor)

Assinale a correta sobre crimes contra a administração:

A) Os crimes de Peculato e Concussão não possuem pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.

B) Os crimes de Concussão, Corrupção passiva, Corrupção ativa, Inserção de dados falsos em sistema de informações possuem a mesma pena.

C) Exigir é uma conduta descrita no crime de peculato.

D) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um sexto, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional

E) Prevaricação só admite condutas omissivas incriminadas.

09. (VUNESP - 2008 - DPE-MS – Defensor Público – ADAPTADA)

No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios, no que concerne ao sujeito ativo.

A) Tráfico de influência; abandono de função; violação de sigilo funcional.

B) Usurpação de função pública; prevaricação; peculato.

C) Corrupção passiva; condescendência criminosa; advocacia administrativa.

D) Falso testemunho ou falsa perícia; concussão; violência arbitrária.

13. (Questão Elaborada pelo Professor)

Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre os crimes contra a Administração Pública,

A) de acordo com a jurisprudência nacional, o princípio da insignificância é amplamente aplicável aos crimes de peculato.

B) Quem abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei, comete crime de abandono de cargo.

C) O crime de Violação de sigilo funcional pode ser cometido na forma culposa.

D) Peculato eletrônico é chamado de Peculato estelionato.

E) Exigir, com violência ou ameaça, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida não configurará crime de concussão.

14. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre crimes contra a Administração da Justiça, julgue os itens:

I - Na Denúncia Caluniosa, a pena é aumentada de metade, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

II - Na denúncia caluniosa, a pena é diminuída de sexta parte, se a imputação é de prática de contravenção.

III - No crime de denúncia caluniosa, caso haja anonimato e a imputação falsa for contravenção, poderemos ter causa de aumento e diminuição.

A) todos os itens estão certos.

B) todos os itens estão errados.

C) apenas o item III está certo.

D) apenas os itens II e III estão certos.

E) apenas os itens I e II estão certos.

15. (VUNESP - 2015 - Prefeitura de São José dos Campos/SP – Auditor Tributário Municipal – Gestão Tributária)

Cidadão solicita a poda de uma árvore que se encontra no passeio público em frente a sua residência, ao agente público municipal, responsável por atividades de zeladoria urbana. Tal agente afirma que tal serviço demorará de 2 a 3 meses, mas que se o cidadão quiser maior rapidez, pode lhe pagar R\$ 100,00, que enviará a equipe para realizar o serviço no dia seguinte. O interessado paga a quantia e recebe o serviço, conforme combinado. Nesse caso, as condutas do agente público municipal e do cidadão são crimes contra a Administração Pública, respectivamente previstos como

A) corrupção passiva e corrupção ativa.

B) corrupção ativa e peculato.

C) peculato e corrupção passiva.

D) concussão e peculato.

E) corrupção ativa e concussão.

19. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre Fraude Processual e Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito, assinale a correta:

- A) no crime de Fraude processual, a inovação não pode ocorrer antes do processo iniciado.
- B) uma pessoa deixa o cabelo e barba crescerem e fica muito diferente meses depois do crime. Com base nisso podemos dizer que cometeu crime de Fraude processual.
- C) no crime de Fraude processual, se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em triplo.
- D) no crime de Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito, comete crime quem exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial.
- E) no crime de Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito, cometerá crime quem exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por administrativa ou judicial.

20. (VUNESP - 2014 - PC/SP - Escrivão de Polícia- Adaptada)

Imagine que Pedro, ilicitamente, guarda consigo tintas e um aparelho capaz de fabricar papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo. Tal conduta:

- A) configura o crime de petrechos de falsificação (CP, art. 294).
- B) configura crime assimilado ao de falsificação de papéis públicos (CP, art. 293).
- C) configura o crime de falsificação de documento público (CP, art. 297).
- D) não configura crime algum, por ausência de previsão legal.
- E) não configura crime algum, por se tratar de mero ato preparatório.

21. (VUNESP - 2006 - TJ/SP - Técnico Judiciário)

O advogado "X", por mera negligência, esqueceu-se de restituir os autos de um processo que retirou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. É correto dizer que "X"

- A) cometeu o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.
- B) cometeu crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
- C) cometeu crime de desobediência.
- D) cometeu crime de resistência.
- E) não cometeu crime algum.

26. (FCC - 2007 - Prefeitura de São Paulo/SP - Auditor Fiscal do Município)

O contador que, em declaração prestada em processo administrativo, cala a verdade pratica o crime de

- A) desacato.
- B) desobediência.
- C) fraude processual.
- D) condescendência criminosa.
- E) falso testemunho.

27. (Questão Elaborada pelo Professor)

Sobre crimes contra a Administração, julgue os itens:

I – No crime de Falso reconhecimento de firma ou letra, a pena é de reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

II – No crime de Exploração de prestígio, a penas aumentam-se de um terço, se o agente entrega o dinheiro que solicitou qualquer das pessoas citadas no artigo.

III - Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo não é crime próprio.

- A) todos os itens estão certos.
- B) todos os itens estão errados.
- C) apenas o item I está certo.
- D) apenas os itens II e III estão certos.
- E) apenas os itens I e II estão certos.

28. (VUNESP - 2008 - DPE-MS – Defensor Público)

No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios no que concerne ao sujeito ativo.

- A) Tráfico de influência; abandono de função; violação de sigilo funcional.
- B) Usurpação de função pública; prevaricação; peculato.
- C) Corrupção passiva; condescendência criminosa; advocacia administrativa.
- D) Favorecimento pessoal; concussão; violência arbitrária.

29. (Questão Elaborada pelo Professor)

Rene Maas é servidor público, ocupante de cargo em comissão em órgão da administração direta. No exercício desse cargo, Renê, após leitura da PEC da Reforma administrativa, resolve praticar crimes. Ele então falsifica em parte, documento público. Diante dessa situação dantesca

- A) A pena do crime cometido será aumentada da terça parte, pois é ocupante de cargos em comissão.
- B) A pena do crime cometido só seria aumentada da terça parte, se ele fosse ocupante de função de direção ou assessoramento
- C) Só haveria o aumento se ele estivesse em cargo ou emprego em sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
- D) A pena será aumentada da terça parte pois ele é professor de Informática.
- E) Eventualmente se crime cometeu não terá aumento de pena por ser ocupante de cargo em comissão.

30. (VUNESP - 2018 - PC/BA - Escrivão de Polícia)

Sobre os delitos de falsidade documental, é correto afirmar que

- A) O cartão de crédito, embora possua natureza de documento particular, é equiparado, para tipificação penal, a documento público.
- B) O crime de Uso de Documento Falso admite a modalidade culposa.
- C) Para os efeitos penais, equipara-se a documento público o testamento particular.
- D) O crime de Falsidade de Atestado Médico pode ser praticado por qualquer pessoa, ainda que sem o concurso necessário de um médico.
- E) Para os efeitos penais, as ações de sociedade comercial são consideradas documentos particulares.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no Whatsapp

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2Tfp0pW>

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020

<http://bit.ly/2UNO7kV>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<http://bit.ly/2thUX6>

Cursos para Escrevente TJSP

<http://bit.ly/2JVGdQ9>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br